

PMDB influirá em todo o governo, acha Covas

Roland M. Sierra
Especial para o JBr.

São Paulo — "O PMDB não só deve ser ouvido, mas tem o dever de se fazer ouvir, especialmente depois dos resultados das urnas a 15 de novembro". A afirmação é do deputado e senador Mário Covas (PMDB-SP), a propósito da adoção de novas medidas tanto na área social como econômica da parte do governo Federal.

Ao seu ver, essa responsabilidade, existente antes mesmo das últimas eleições, acentuou-se com os resultados de 15 de novembro, que tornaram o partido corresponsável pela busca de soluções notadamente no campo econômico, com os reajustes do Plano Cruzado. Ao passar a maioria absoluta de votos para as duas casas do Congresso eleger 22 dos 23 governadores de estado, o partido é "responsável por todos os sucessos ou insucessos pelos quais passa a nação".

Covas entende que seu partido já vem sendo ouvido na discussão dos problemas nacionais tanto pelo presidente Sarney como pelo ministério, não se justificando as críticas que partem de alguns setores peemedebistas.

Depois de reiterar que o partido "tem obrigação de assumir e sustentar determinadas posições", o senador eleito diz que ele próprio tem participado, com outras figuras de seu partido, de encontros e reuniões em vários níveis destinados a discutir correções na ordem econômica e lembra que a reunião de governadores da próxima quarta-feira, em Brasília, faz parte desse leque de consultas, já que os governadores e parte das novas bancadas peemedebistas terão um encontro com ministros da área econômica, por iniciativa do deputado Ulysses Guimarães.

"Hoje — diz ele — o PMDB, queira ou não, é o estuário das expectativas desse país, pela representação popular nascida do momento eleitoral".

Covas não acredita num agravamento do quadro econômico

e social mesmo com um recrudescimento da inflação.

"Sou otimista em relação à situação econômica. Acho que não passa de uma inflação de 300 por cento ou mais, como aquela prevista no início do ano passado. A perspectiva vista de janeiro de 86 era visivelmente muito pior do que a que se apresenta neste momento. Acredito que o governo controle a espiral de preços e o processo inflacionário em limites aceitáveis já a partir de fevereiro/março. Não se passa de uma inflação de 300 por cento para uma inflação zero ou próxima disso sem determinados ônus, sem determinados riscos. Sei que ainda há ajustamentos a fazer", afirma ele, já agora se referindo às informações de que o gatilho salarial pode ser eliminado, confor-

Para ele, os votos da última eleição trazem esse dever

me desejo de parte do empresário nacional.

"Estes ajustamentos — prossegue Covas — evidentemente não podem apontar numa única direção, na direção de preços. Se há ajustamentos a fazer na direção dos preços, necessariamente eles se refletirão na direção dos salários. A meu ver, está fora de questão o acionamento do gatilho na medida em que a inflação atingir os 20 por cento e me surpreende que setores que pregam até a desobediência civil no que se refere ao realinhamento de preços agora não queiram que o gatilho seja acionado. Admito até que o problema seja estudado a posteriori, mas não vejo razão alguma para que neste momento as regras do jogo sejam alteradas. Se há

contas a pagar, é preciso fazer com que elas recaiam da forma mais justa possível sobre todos os setores da sociedade. De qualquer forma, as dificuldades que surgiram a partir da implantação do Plano Cruzado não comprometem a negociação da dívida externa, embora as condições fossem mais favoráveis até há seis meses atrás. Continuamos em condições favoráveis, ou, pelo menos, não desfavoráveis para a renegociação da dívida".

Covas entende, ainda, que a proposta de um pacto social, que ele prefere, como o ministro Almir Pazzianotto, chamar de "entendimento social", não fica prejudicada pelas dificuldades emergentes, ao contrário, "torna-se mais do que necessária". Para ele, uma eventual substituição imediata do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, "apresenta efeitos negativos", risco de que estaria conciente o presidente Sarney.

Ulysses e os cargos

Mário Covas considera correta a acumulação dos cargos do presidente da Câmara e da Constituinte pelo deputado Ulysses Guimarães, concordando integralmente com o argumento do próprio Ulysses de que o instrumental da Câmara é que será o apoio para os trabalhos da Constituinte. Respeita, igualmente, o desejo de Ulysses de manter-se na presidência nacional do PMDB, "pois, afinal, quando o elegemos para o cargo sabíamos todos que ele seria candidato a presidente da Constituinte e da Câmara". Pretender, agora, que ele renuncie ao mandato partidário seria "cassar este mandato".

Mas, manda um recado para o seu companheiro:

"Se ele me perguntasse, eu lhe diria preferir que durante o tempo em que estiver exercendo a presidência da constituinte se licencie da presidência do partido. Ocupar também esse comando é assumir um encargo muito pesado e sério, que lhe custaria um grande sacrifício".